

Geisel desapropria área em Carapina para Praia Mole

O presidente Geisel deverá assinar, a qualquer momento, o decreto tornando de utilidade pública a área do planalto de Carapina (Serra), destinada à construção do acesso rodoviário do superporto de Praia Mole, de fundamental importância para a Usina Siderúrgica de Tubarão.

AM 2974

A informação foi dada ontem pelo chefe de gabinete do Porto de Vitória, Wallace Bresciani, que esclareceu tê-la recebido, na semana passada, do chefe de Engenharia da Portobrás, Paulo Dantas Da Rin, quando este esteve em Vitória. Assim que o decreto for assinado, uma equipe de avaliadores da holding estatal virá para percorrer a área a ser desocupada, cujos proprietários, em seguida, serão convocados para o acordo que resultará nas indenizações.

A área a ser considerada de utilidade pública tem 14 quilômetros de comprimento por 40 metros de largura e se destinará exclusivamente à construção da estrada de serviço, totalmente cascalhada, através da qual será feito o transporte de pedras para o entrocamento de Praia Mole.

O projeto de desapropriação foi encaminhado em julho à Portobrás, que o remeteu ao Ministério do Trabalho. A este coube a elaboração da minuta do decreto a ser assinado por Geisel. Para tanto, uma equipe integrada por Bresciani verificou inicialmente mapas e plantas da área, mantendo depois diversos contatos com cartórios, Serviço do Patrimônio da União e órgãos públicos. A maior dificuldade consistiu no levantamento dos

nomes dos proprietários dos terrenos.

Segundo Bresciani, após os trabalhos da equipe de avaliadores, cuja duração ele não soube precisar, a Portobrás iniciará as negociações com os proprietários, a fim de chegar a um acordo sobre o preço estipulado. Somente no caso de não se chegar a um acordo, será acionado o dispositivo legal de desapropriação.

Com a transformação em utilidade pública, a área torna-se inegociável, havendo um prazo legal para que o Governo realize os acordos e efetue as indenizações. Estes, porém, não deverão se constituir em problema, segundo Bresciani, pois a maior parte da área está dentro de terreno da Companhia Siderúrgica de Tubarão e da Superintendência de Polarização de Projetos Industriais (Suppin).

Bresciani ressaltou ainda que a Portobrás não necessitou efetuar uma reavaliação do acesso rodoviário de Praia Mole, como a Suppin pretendia recentemente. A polêmica entre os dois órgãos surgiu quando o último argumentou que a estrada de serviço passaria dentro do setor 2 do Civit, provocando um prejuízo de Cr\$ 60 milhões ao Estado.

Ocorre, porém, segundo Bresciani, que a estrada passaria, como irá passar, dentro dos já existentes acessos da Suppin, razão por que o projeto inicial de construção não foi alterado. Desse modo, conforme frisou, as áreas úteis e vendáveis da Suppin serão preservadas. A reavaliação, por seu turno, que somente atenderia os interesses dela em ter

outro acesso, daria prejuízos enormes à Portobrás.

Após a avaliação dos terrenos e os acordos com os proprietários, a Portobrás abrirá a concorrência para a construção da estrada de serviço, não havendo ainda data prevista para que isso ocorra. Segundo Bresciani, possivelmente ela começará a ser construída no início do próximo ano, o mais tardar em março.

A estrada de serviço se constitui na primeira fase da construção do superporto de Praia Mole, tendo por finalidade nos primeiros quatro anos o transporte, inicialmente de pedras e depois de outros materiais da BR-101 Norte ao local, de frente para a Usina de Tubarão.

Acertados os preços de indenização dos terrenos, as desapropriações somente serão processadas à medida que forem necessárias para o cumprimento do projeto. Posteriormente, está prevista a construção do acesso principal e definitivo para Praia Mole, com trajeto totalmente diferente. Quanto a esta estrada não haverá necessidade de desapropriações, de vez que a área pertence à Companhia Ferro e Aço de Vitória e à CST.

Sem previsão ainda sequer para a abertura de concorrência para a construção da estrada de serviço, Bresciani esclareceu que também não se sabe quando realmente se dará o início da construção do superporto, pois para tanto ela terá que estar totalmente concluída, não sabendo precisar o tempo que isso demandará.

Isto não implica, segundo

Bresciani, em que as obras de Praia Mole estejam em atraso. Muito pelo contrário, "estão na hora de entrar", considerando-se a necessidade de que o projeto seja levado paralelamente à construção da usina de Tubarão.

Praia Mole tem um custo estimado em 270 milhões de dólares, depois que recentemente sofreu uma redução de 45 milhões. Análises técnicas da Portobrás prevêem que ele estará pronto em 3 anos e meio, caso seja tocado sem nenhum problema técnico-financeiro. O superporto terá que estar apto a entrar em funcionamento em 1982, no exato momento em que a usina siderúrgica de Tubarão começar a funcionar.

Para a construção de Praia Mole, o Governo brasileiro está tentando um empréstimo junto a bancos japoneses, sendo o valor inicial de 100 milhões de dólares. Em primeiro de junho último, ao vir a Vitória, o presidente da Portobrás, Arno Markus, afirmou apenas que estavam em andamento as negociações visando conseguir o financiamento, não sabendo esclarecer se seria alterado o total a ser financiado.

Em Vitória, desconhece-se o andamento das negociações atualmente, conforme disse ontem Wallace Bresciani, afirmando apenas acreditar que o financiamento ainda esteja em pleno vigor. Na CST, sua diretoria remeteu à Portobrás o novo cronograma de obras da usina, dando prosseguimento aos entendimentos entre os dois órgãos, já que os projetos são interdependentes. O superporto se destinará a atender as operações de importação (carvão vegetal) e exportação da siderúrgica.